



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639184 - SP (2021/0005399-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO  
**ADVOGADO** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANTONIO CARLOS ORNELIO (PRESO)  
**CORRÉU** : CRISTIAN MATHIAS DE PAULA  
**CORRÉU** : GABRIEL HENRIQUE MASCANHA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO CARLOS ORNELIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2253323-04.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 7/10/2020, pela suposta prática do crime descrito no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que o decreto preventivo careceria de fundamentos concretos e não teriam sido demonstrados os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente